

A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E A VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A IGUALDADE.

Adriany da Costa Ferreira ¹

Daniela de Souza Moura ²

Jullye Gabrielle Cezar da Silva ³

Samilly Eloise Silva do Rosário Cavalcante ⁴

RESUMO

Ao longo da história, as legislações educacionais e as políticas públicas no Brasil, no que se refere à questão étnico-racial enfrentaram grandes desafios marcados pela discriminação e pelo preconceito, desde o período escravista até os dias atuais. Esse cenário tornou o campo educacional um espaço de disputa para a população negra, resultando não apenas em sua exclusão, mas também na falta de reconhecimento de sua cultura e identidade. Diante disso, é fundamental discutir os desafios da implementação das políticas públicas na composição do corpo docente e as oportunidades para professores negros no Brasil, enfatizando a importância da formação desses profissionais para a promoção de um currículo antirracista. O presente estudo foi realizado por meio de uma análise bibliográfica, considerando o processo de criação das leis educacionais e estudos sobre a valorização da população negra no âmbito da docência e da construção social. Tendo como referencial teórico os autores Almeida (2016), Oliveira (2024). Foram analisadas principalmente leis e artigos acadêmicos já descritos no desenvolvimento da pesquisa. A trajetória da educação formal para a população negra foi marcada pela luta coletiva pela conquista do direito à igualdade, culminando na promulgação de leis que tornaram obrigatório o ensino da história afro-brasileira e africana. No entanto, ainda há desafios significativos no contexto educacional, especialmente no reconhecimento e na valorização da identidade dos professores negros dentro das instituições de ensino. Dessa forma, conclui-se que a educação deve ser um espaço de transformação. A formação de professores negros desempenha um papel essencial na construção de uma educação mais inclusiva, capaz de reconhecer e incorporar as diferenças como parte fundamental da sociedade.

Palavra-Chave: Formação de professores negros, inclusão, políticas públicas, legislações educacionais.

INTRODUÇÃO

A partir da abolição da escravização, o contexto social em relação às pessoas negras tem sido marcado pelo racismo e pelas desigualdades sociais. Esses fatores se enraizaram desde o período pós-abolição, quando se evidenciou que os negros tiveram apenas uma ilusão de

¹ Graduanda do Curso de **Pedagogia** da Universidade Federal - PA, adriany.ferreira@iced.ufpa.br;

² Graduanda do Curso de **Pedagogia** da Universidade Federal - PA, danielamouraped@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de **Pedagogia** da Universidade Federal - PA, jullye.silva@iced.ufpa.br;

⁴ Graduanda do Curso de **Pedagogia** da Universidade Federal - PA, Sally.cavalcante29@gmail.com;

liberdade. Os direitos da população negra foram sistematicamente negados, já que o acesso ao trabalho, à educação e à plena participação social lhes era restringido.

No percurso histórico da educação brasileira, desde a Constituição Imperial de 1824 até a atualidade, observa-se a presença de contradições quanto à inclusão da população negra de fato no contexto social. Mesmo com as emendas constitucionais e legislações posteriores, ainda persiste a exclusão sistemática, marcada por barreiras sociais e raciais que dificultam o acesso e a permanência de estudantes negros no sistema escolar formal. Isso se reflete tanto na condição dos alunos, que sofrem preconceito pela cor da pele e pela posição social, muitas vezes sendo estigmatizados e marginalizados, quanto às dificuldades dos profissionais da educação, em sua trajetória escolar eles enfrentam desafios para atuar e trabalhar com a temática de forma a promover a emancipação e a igualdade, tanto para si mesmos quanto para seus alunos.

Ao longo da história, o Movimento Negro desempenhou papel fundamental na reivindicação de políticas que assegurassem não apenas o direito à educação, mas também a inserção e o reconhecimento das identidades negras no currículo e na prática pedagógica. Diante desse cenário, emerge a seguinte questão central: de que maneira as políticas públicas de reparação e valorização da população negra se refletem no currículo e na prática pedagógica das escolas brasileiras?

Assim, o estudo tem como objetivo analisar a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, no âmbito das políticas públicas, em diálogo com o PNEERQ – Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola, instituído para orientar a implementação da Lei nº 10.639/2003, que estabelece o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas. O PNEERQ apresenta estratégias para aplicação dessa legislação em todos os níveis da educação, enfatizando a importância da formação docente e da construção de práticas pedagógicas que promovam a valorização da diversidade étnico-racial. Busca-se compreender em que medida e até que ponto essas políticas estão sendo efetivamente implementadas no âmbito educacional, especialmente por meio da atuação dos professores em sua prática curricular.

O presente artigo tem como finalidade discutir a relação entre a legislação brasileira e a valorização da população negra, a partir da perspectiva dos autores e artigos selecionados para este trabalho, com foco na formação de professores e nas políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial. Metodologicamente, a pesquisa desenvolve-se por meio de revisão

bibliográfica baseada em estudos já existentes, mobilizando autores que discutem a inserção histórica da população negra na educação formal (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016).

Este estudo também se mostra relevante por abordar os desafios enfrentados pela população negra no campo educacional, sobretudo no que se refere ao papel dos professores na construção de uma educação antirracista. Em sua dimensão social, a pesquisa contribui para o debate público sobre igualdade racial, valorização da diversidade e enfrentamento do racismo estrutural, problemáticas que ainda impactam diretamente a educação brasileira.

Por fim, busca-se observar de que maneira essas políticas impactam o acesso e a permanência da população negra nas escolas. Em consonância com o exposto e a partir da leitura de artigos e legislações educacionais brasileiras, procura-se compreender de que forma essas normativas têm contribuído para a reparação histórica e valorização da população negra, bem como os desafios da formação docente e das políticas para uma educação antirracista. Além disso, recorre-se a estudos contemporâneos sobre identidade docente, currículo e práticas pedagógicas voltadas à educação antirracista (OLIVEIRA; SOUZA, 2024), entre outros que serão analisados, de modo a compreender como tais reflexões constroem o que hoje se entende por valorização da população negra.

METODOLOGIA

Este estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica de análise crítica, realizada por meio do Google Acadêmico, utilizando artigos previamente publicados. A investigação buscou compreender como ocorre a inclusão do tema no currículo e de que maneira o reconhecimento e a identidade de professores negros contribuem para que a Lei nº 10.639/2003 seja efetivamente aplicada de forma inclusiva, tanto para alunos quanto para docentes. O estudo teve como foco a análise de legislações educacionais e produções acadêmicas que ressaltam a importância da inclusão e valorização da população negra no campo da educação e nos currículos escolares, bem como a forma como essa lei vem sendo interpretada nas escolas. Para a coleta de materiais, foram utilizadas diferentes bases de dados consolidadas, como Google Acadêmico e SciELO, priorizando publicações realizadas entre 2008 e 2024, garantindo a abrangência de produções posteriores à promulgação da Lei nº 10.639/2003 e seus desdobramentos nas políticas educacionais. Durante o processo de pesquisa, foram utilizados os seguintes descritores: valorização da população negra, reparação histórica, Lei 10.639/2003, formação de professores e legislações educacionais.

Considerando a reparação histórica como principal eixo, optou-se por trabalhar com o processo de implementação da Lei nº 10.639/2003, levando em conta: documentos que abordassem a lei na prática; materiais sobre formação docente e práticas pedagógicas relacionadas à lei; a importância do reconhecimento da identidade negra nas escolas; e práticas que estabelecessem relações com políticas públicas e ações de combate ao racismo.

Como critérios de seleção, foram considerados textos que tratassem da Lei nº 10.639/2003, da formação docente e das práticas de educação antirracista. Entre os autores analisados, destacam-se Almeida e Sanchez (2016) e Oliveira (2024), cujas contribuições possibilitaram uma reflexão crítica sobre os avanços e desafios na implementação de políticas educacionais voltadas à igualdade racial.

REFERENCIAL TEÓRICO

A exclusão da população negra no campo educacional no Brasil tem grande relevância no período histórico pós-abolição. Como destacam Almeida e Sanchez (2016), O fim formal da escravidão em 1888 não representou, de fato, a inserção dos negros em condições igualitárias na sociedade. Ao contrário, mecanismos de exclusão se refletiram diretamente na educação, limitando o acesso, a permanência e a valorização da população negra nas escolas. O racismo estrutural, enraizado nas instituições sociais, promoveu uma marginalização sistemática dos sujeitos negros, invisibilizando suas contribuições históricas e culturais.

Nilma Gomes (2008) destaca lacunas na implementação prática da Lei nº 10.639/2003, tanto na formação docente quanto na incorporação nos currículos escolares. A simples existência da lei não garante uma educação emancipatória; é necessário valorizar saberes produzidos pelos movimentos sociais negros.

Desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal, a luta por direitos das comunidades historicamente marginalizadas ganhou maior visibilidade, especialmente com a sanção da Lei nº 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas. Esses avanços legais refletem o esforço contínuo dos movimentos sociais na promoção da igualdade racial e na valorização das identidades negras.

A Lei nº 9.394/1996 – LDB (arts. 2º, 3º e 26) estabeleceu os princípios gerais da educação, como igualdade de acesso, pluralidade cultural e respeito às diferentes etnias, reconhecendo a contribuição das matrizes indígena, africana e europeia para a formação da sociedade (Art. 26, §4º). A Lei nº 10.639/2003 alterou a LDB, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, abrangendo a história da África, a luta dos negros no Brasil

e a cultura negra brasileira (Art. 26-A). A lei também instituiu o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra (Art. 79-B), reforçando a importância de eventos pedagógicos que promovam a valorização da população negra. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou a obrigatoriedade da Lei 10.639/2003, incluindo também a História e Cultura Indígena (Art. 26-A). Essa lei consolidou a educação étnico-racial como política pública, determinando que todo o currículo escolar contemple a diversidade cultural e étnica na formação dos estudantes, abrangendo aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais. Desta forma, constituem processos históricos fundamentais, para orientar políticas educacionais, formação de professores e práticas pedagógicas inclusivas, garantindo a promoção da cidadania e o combate ao racismo estrutural na escola.

Almeida e Sanchez (2016) demonstram que a Lei nº 10.639/2003 foi fruto das lutas históricas da população negra, surgidas da necessidade de reparações históricas em relação à exclusão da população negra no campo educacional. Os autores apontam contradições e desafios para que a lei fosse efetiva nas escolas, sem se reduzir a uma prática meramente simbólica ou superficial. Nesse sentido, destacam que:

à escola, ao mesmo tempo em que dificultou o acesso dos negros, foi usada pelas elites brancas e proprietárias como meio de diferenciação e, portanto, de manutenção da estrutura social. Porém, incentivou sua presença na instituição como estratégia para inculcar valores da cultura dominante e, assim, legitimar-se (ALMEIDA; SANCHEZ, 2016).

Adão e Silva (2022) reforçam que a formação e valorização de professores negros ainda enfrenta barreiras, desde o acesso ao ensino superior até o reconhecimento profissional. A presença de docentes negros, sobretudo no ensino superior, constitui resistência e afirmação identitária, evidenciando a necessidade de políticas inclusivas.

Oliveira e Souza (2024) dialogam diretamente com a Lei 10.639/2003, que alterou a LDB e tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas. Ao refletirem sobre a identidade negra na formação docente e a importância de um currículo inclusivo, as autoras destacam que a valorização da trajetória do povo negro é fundamental para a promoção de uma educação antirracista. Assim como a lei é fruto das lutas históricas do movimento negro, o texto reforça que a construção de políticas afirmativas e a preparação de professores comprometidos com a diversidade cultural são passos essenciais para enfrentar o racismo estrutural e desconstruir estigmas que ainda marcam a profissão docente, sobretudo no caso das mulheres negras.

O PNEERQ (Política Nacional de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola) propõe métodos específicos para implementar e conscientizar sobre esses direitos em todas as etapas da educação, desde a educação infantil até o ensino superior. Para os autores citados, políticas públicas de educação antirracista representam não apenas normas legais, mas instrumentos de transformação social, buscando superar barreiras estruturais do racismo presente na sociedade. Nesse sentido, a implementação efetiva da Lei nº 10.639/2003, modificada pela Lei nº 11.645/2008, depende da formação adequada de professores, do fortalecimento das escolas quilombolas e da promoção de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial. O racismo estrutural, historicamente invisibilizado, passa a ser reconhecido como uma manifestação social que precisa ser enfrentada de forma concreta, e não apenas simbólica.

Apesar dos avanços normativos, persistem desafios significativos para a consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva e antirracista. A permanência de currículos eurocêntricos, a falta de preparo pedagógico de muitos docentes e as manifestações de preconceito dentro do ambiente escolar revelam que a legislação, por si só, não garante a transformação da prática educativa. Cabe à formação de professores, às políticas públicas e às instituições escolares o compromisso de promover espaços de aprendizagem que contemplem a diversidade e contribuam para a superação do racismo estrutural. Esta pesquisa busca destacar, por meio dos marcos legais e das reflexões acadêmicas, experiências pedagógicas que sustentam a construção de uma educação comprometida com a valorização da população negra e com a promoção da igualdade racial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com Almeida e Sanchez (2016), a escola historicamente desempenhou um papel de manutenção das desigualdades sociais. A educação formal foi utilizada como mecanismo de diferenciação social e sustentação de estruturas racistas. Nesse processo, a ausência de liberdade vinha acompanhada de práticas discriminatórias, nas quais a população negra era estigmatizada como “preguiçosa” e “pobre”, contribuindo para a naturalização das desigualdades. Os autores também evidenciam a importância das lutas do Movimento Negro para a conquista da liberdade e da cidadania no Brasil. Antes da criação de legislações específicas, esses movimentos desenvolveram estratégias informais de educação, possibilitando o acesso à instrução, à saúde e a outros direitos fundamentais. Tais práticas foram decisivas para pressionar a formulação de políticas públicas voltadas à população negra.

Nesse contexto, a promulgação da Lei nº 10.639/2003 representou uma conquista histórica, fruto da mobilização da população negra e de seus movimentos sociais. Para Almeida e Sanchez (2016), a lei assegura visibilidade cultural e reconhecimento identitário no currículo oficial da educação brasileira. Contudo, mesmo após sua implementação, ainda persistem desafios. Em muitas escolas, o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira é realizado de maneira superficial, revelando a permanência de um discurso ideológico dominante. Torna-se, portanto, necessário que a luta seja contínua, a fim de garantir a efetivação plena da lei e a promoção de uma educação verdadeiramente antirracista.

Oliveira e Souza (2024) analisam a identidade negra na formação docente e defendem que esse reconhecimento é essencial para promover uma educação antirracista, fundamentada no multiculturalismo. As autoras destacam que crises políticas impactam a educação e que não se pode atribuir exclusivamente ao professor a responsabilidade pelo desempenho dos alunos. Fatores como políticas públicas insuficientes, escassez de recursos e a naturalização da baixa aprendizagem das camadas populares também influenciam os resultados. Além disso, as autoras destacam como as ações afirmativas transformaram a cultura e as identidades docentes:

Neste cenário de transformações provocadas pelas modificações econômicas globais e locais, é possível notar que as ações afirmativas reivindicadas pelos coletivos sociais afetam e reconfiguram a cultura e as identidades docentes, surgindo novos e diversos perfis de docência na busca pelo enriquecimento e diversificação dos currículos de formação de novos licenciados (OLIVEIRA; SOUZA, 2024, p. 7-8).

Dentre as políticas públicas fundamentais, destacam-se a Lei nº 10.639/2003, posteriormente complementada pela Lei nº 11.645/2008; o ProUni (2005); as políticas de cotas raciais nas universidades públicas; e programas de financiamento estudantil que consideram critérios raciais. Essas conquistas resultam das lutas coletivas do Movimento Negro e representam um chamado à revisão curricular e à transformação pedagógica.

Oliveira e Souza (2024) chamam atenção para a forma como a mídia e o Estado difundem o discurso de que o fracasso escolar é responsabilidade exclusiva do professor, reforçando políticas neoliberais que desonera o Estado de suas obrigações. As autoras argumentam que a educação é um processo coletivo, dependente da ação conjunta de professores, alunos, comunidade e poder público.

Apesar dos avanços legais, a implementação das políticas públicas enfrenta desafios significativos. No que se refere ao PNEERQ, observam-se avanços e limitações significativas. Entre os principais problemas, destacam-se a ausência de diagnóstico oficial e de mecanismos de monitoramento da Lei nº 10.639/2003, o baixo número de profissionais formados em gestão

educacional, Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e Educação Escolar Quilombola (EEQ), bem como as limitações estatais para a implementação efetiva dessas ações. Soma-se a isso a falta de protocolos oficiais de prevenção e resposta a práticas racistas nas instituições de ensino, a persistência de desigualdades na trajetória escolar de estudantes negros em comparação aos brancos, a baixa implementação das Diretrizes Nacionais Curriculares da EEQ e as condições precárias de infraestrutura em escolas quilombolas.

Por outro lado, também é possível identificar avanços positivos, como a consolidação de práticas pedagógicas voltadas à valorização da cultura afro-brasileira, a ampliação da consciência social sobre a importância de uma educação antirracista, a existência de experiências exitosas de implementação da lei em algumas redes escolares, o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas, a mobilização contínua de movimentos sociais em defesa da igualdade racial, a ativa implementação de diretrizes curriculares em determinados territórios e a destinação de recursos específicos para escolas quilombolas.

Esses dados evidenciam que, apesar dos entraves estruturais, a política educacional voltada às relações étnico-raciais tem produzido transformações significativas, ainda que em ritmo desigual. Nesse contexto, as políticas de ação afirmativa também têm apresentado resultados concretos. Tais avanços demonstram que, embora haja resistência e desafios estruturais, a promoção de uma educação antirracista depende não apenas da existência de leis, mas de ações efetivas no interior das escolas. Medidas simbólicas, como atividades pontuais no Dia da Consciência Negra, não são suficientes; é necessário fortalecer práticas pedagógicas contínuas que incluam e valorizem de forma permanente as comunidades historicamente marginalizadas.

As análises de Nilma Gomes (2008) e de Adão e Silva (2022) evidenciam que, apesar da existência de legislações e políticas de valorização da cultura negra e de professores negros, sua implementação prática ainda apresenta desafios significativos. Observou-se que muitos docentes desconhecem a Lei nº 10.639/2003 ou a aplicam de forma superficial, o que reforça as lacunas apontadas na formação docente e nos currículos escolares.

Além disso, apenas professores com acesso a uma formação continuada crítica conseguem desenvolver práticas pedagógicas que promovam efetivamente o respeito à diversidade cultural e a valorização da cultura negra. Esses dados mostram que a implementação da lei depende não apenas da sua existência formal, mas também do engajamento real dos educadores, da oferta de políticas inclusivas e de investimentos consistentes em formação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante, diante deste breve estudo acadêmico, ressaltar que o processo de construção da igualdade de ensino para pessoas étnico-raciais é contínuo, pois, mesmo nos dias atuais, ainda enfrenta obstáculos que dificultam seu pleno desenvolvimento. Nesse contexto, professores negros, como destacam as autoras, precisam, primeiramente, se reconhecer como sujeitos ativos desses movimentos, contribuindo para a construção da identidade de seus alunos e, ao mesmo tempo, fortalecendo sua própria identidade. A presença de professores negros na educação brasileira constitui não apenas um ato de inclusão, mas também um mecanismo de resistência cultural e promoção de identidade. A construção de uma educação antirracista requer o compromisso de toda a sociedade, envolvendo instituições de ensino, poder público, comunidade e movimentos sociais.

Apesar dos avanços proporcionados pelas legislações, como as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, ainda é necessário investir na formação continuada de professores e na integração consistente dos conteúdos sobre cultura e história afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Medidas pontuais não são suficientes; é fundamental que a valorização da diversidade seja incorporada de forma permanente, garantindo que estudantes e docentes reconheçam, respeitem e incorporem a pluralidade étnico-racial como parte da formação cidadã. Portanto, este estudo evidencia que a efetivação das políticas públicas, aliada à valorização da formação docente negra, constitui um instrumento essencial para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, contribuindo significativamente para a promoção da igualdade racial no contexto educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Cláudio Augusto; SILVA, Uanderson Pereira da. Docência universitária: Desafios atuais para a formação de professores negros no Brasil. 2022.

GOMES, Nilma. Diversidade cultural e educação: limites da Lei nº 10.639/2003. 2008.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9394.htm>>. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003bbbb. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática



“História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 17 set. 2025.

CARTILHA-INSTITUCIONAL. Ministério da Educação (Brasil). Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/cartilha.pdf>, Online, Acesso em: 18 de Setemb, 2025.

ALMEIDA, Marco Antônio Betine de; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. 2016.

OLIVEIRA, Rosângela Pereira de; SOUZA, Shirley Aparecida de Miranda. Identidade negra na formação docente e currículo inclusivo. 2024.